



ISSN 1984-5634

## ARTIGO

**“NENHUM ATO OU FATO FOI ESCRITO QUE NÃO PUDESSE SER COMPROVADO”: REFLEXÕES ACERCA DAS BIOGRAFIAS E AUTOBIOGRAFIAS COMO FONTE A PARTIR DOS ESCRITOS DE ALZIRA VARGAS**

*"No act or fact was written that could not be proven": reflections on biographies and autobiographies as a source from the writings of Alzira Vargas*

**TIAGO DE MORAES KIEFFER<sup>1</sup>**

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a utilização, limitações e vantagens do uso das biografias e autobiografias como fonte para a pesquisa histórica. Para isso, utilizaremos como exemplos privilegiados o livro escrito por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, meu pai* de 1960, assim como os textos inéditos escritos nas décadas de 1970 e 1980 e publicados de maneira inédita em 2017. Dessa maneira, além de pensar pressupostos teóricos sobre a utilização desses gêneros como fonte, explicitaremos possibilidades de pesquisa nesses textos de Alzira Vargas, sobretudo os inéditos, e o que eles podem nos dizer, a partir do olhar crítico do historiador, sobre a história política do Brasil do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biografia; Fontes Históricas; Alzira Vargas.

## ABSTRACT

The article aims to reflect on the use, limitations, and advantages of biographies and autobiographies as sources for historical research. To this end, we will use as prime examples the book written by Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, meu pai* from 1960, as well as the unpublished texts written in the 1970s and 1980s, which were published for the first time in 2017. Thus, in addition to considering theoretical assumptions about the use of these genres as sources, we will clarify research possibilities in these texts by Alzira Vargas, especially the unpublished ones, and what they can tell us, from the critical perspective of the historian, about the political history of Brazil in the 20th century.

**KEYWORDS:** Biography; Historical Sources; Alzira Vargas.

## EDITOR-CHEFE:

Andrei Marcelo da Rosa

## EDITORE-GERENTE:

Rame Ferreira

**SUBMETIDO:** 11/11/2023

**ACEITO:** 26/06/2024

## COMO CITAR:

KIEFFER, T. de M. "Nenhum ato ou fato foi escrito que não pudesse ser comprovado": reflexões acerca das biografias e autobiografias como fonte a partir dos escritos de Alzira Vargas. *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 21-35, ago-dez. 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

<sup>1</sup> Doutor em Teologia pela Faculdades EST. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduado em História pela Universidade La Salle. ORCID iD: 0000-0002-9077-5373. E-mail: tiagodekieffer@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Em 1960, Alzira Vargas do Amaral Peixoto,<sup>2</sup> ou Alzirinha, como ficou conhecida (Gomes, 1996), publicou o livro *Getúlio Vargas, meu pai*. Nos agradecimentos presentes na obra, dedicados a diversos membros de sua família,<sup>3</sup> Alzira Vargas (1960) dá um conselho para que os agradecidos por ela se orgulhassem da história de seu pai, o homem que por mais tempo havia governado o país, mas que não perdessem o sentido da obra começada por ele. Como uma espécie de defesa póstuma e conselho aos familiares sobre uma trajetória política amada por uns e odiada por outros, destaca que a trajetória de seu pai não era motivo de vergonha, contudo alerta que seus sucessores não vivessem a partir dos esforços realizados por ele. Os relatos contidos no livro de 1960 vão até o Estado Novo.

Em 2017, quase 25 anos depois da morte de Alzira Vargas,<sup>4</sup> surge a edição de *Getúlio Vargas, meu pai*, contendo textos inéditos escritos entre as décadas de 1970 e 1980, nos quais estão inclusos comentários sobre o que já havia sido publicado, assim como novos relatos que se estendem até o ano da morte de Getúlio Vargas.<sup>5</sup> Pelo que se percebe, o interesse de Alzira Vargas era fazer um livro novo, e não uma continuação do já publicado. Todavia, como os textos também fazem referência ao livro de 1960, os organizadores, dentre eles o jornalista Lira Neto, resolveram anexar os escritos inéditos ao livro já existente e realizar a publicação em um único volume.

No primeiro prefácio do livro de 2017,<sup>6</sup> Alzira Vargas (2017) escreve que não considerava o livro de 1960 como uma história, no sentido científico, tampouco uma história (estória) no sentido ficcional. Também não o enquadrava nos gêneros da biografia, autobiografia ou crônica. Ela define-o como “uma explosão sentimental com fundo histórico” (Peixoto, 2017, p. 302). Ao mesmo tempo, Alzira Vargas (2017) lamentou que esses novos textos não tenham sido escritos dez anos antes, pois assim chegariam ao público em um momento anterior ao que as novas gerações conheceram erroneamente a história do Brasil.

O livro *Getúlio Vargas, meu pai* e a divulgação desses textos inéditos escritos nas décadas de 1970 e 1980 proporcionam ao historiador uma rica fonte de caráter biográfico e autobiográfico. Apesar de Alzira Vargas se colocar em entrevista para Ângela de Castro Gomes (1996) como uma espécie de Guardiã da Memória da família Vargas, assumindo um papel que se aproxima do biógrafo, seus relatos estão carregados de sensibilidades que revelam dúvidas, anseios, expectativas e pensamentos pessoais em geral. Insistimos que Alzira Vargas deve ser vista como mais do que a filha de Getúlio Vargas e a mulher de Amaral Peixoto, mas também como uma mulher que, estando nessas condições familiares, “teve condições de construir uma carreira política com visibilidade e eficácia próprias e indissociável de sua inscrição feminina” (Gomes, 1996, p. 20). Vale lembrar que as posições formais de poder foram majoritariamente ocupadas por homens durante a história política do século XX, portanto, a figura de Alzira Vargas é importante para se pensar a presença da mulher nas decisões regionais e nacionais, mesmo que indiretamente.

No entanto, devemos estar atentos às críticas realizadas por historiadores e cientistas sociais ao gênero para que não caiamos no erro da ilusão biográfica, isto é, identificar a biografia ou a autobiografia como um relato coerente que mantém uma lógica linear e almeja representar toda uma vida (Bourdieu, 2006). Ao referir-se a Bourdieu – sociólogo que elaborou o conceito –,

<sup>2</sup> Neste artigo, ao nos referirmos a Alzira Vargas do Amaral Peixoto, a chamaremos simplesmente de Alzira Vargas, considerando que esse é o nome pelo qual ela é mais conhecida. No entanto, seu nome completo no período em que escreveu e publicou *Getúlio Vargas, meu pai* já incluía o sobrenome de seu esposo, Êrnani do Amaral Peixoto (CPDOC, 2011).

<sup>3</sup> A saber, Getúlio Vargas da Costa Gama, Cândida Darcy Vargas, Edith Maria Vargas da Costa Gama, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Yara Maria Tavares Vargas, Getúlio Dornelles Vargas (Peixoto, 1960).

<sup>4</sup> Alzira Vargas do Amaral Peixoto morreu em 26 de janeiro de 1992 com 78 anos (Gomes, 1996).

<sup>5</sup> A partir daqui a referência que iremos dar ao livro de Alzira Vargas do Amaral Peixoto será a de 2017.

<sup>6</sup> Em ambos os livros, o publicado em 1960 e o escrito entre as décadas de 1970 e 1980, Alzira Vargas (2017) adverte que nenhum dos livros deveria ter um prefácio, apesar de no segundo livro constar os títulos *A Guisa de Prefácio* e *Prefácio – Não é agora*.

Levi concorda que é “indispensável reconstruir o contexto, a ‘superfície social’ em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante” (2006, p. 169). Diante dessa possibilidade levantada por Levi (2006) e das dificuldades que dela surgem, o objetivo deste artigo é refletir sobre o uso de biografias e autobiografias como fonte para a pesquisa histórica, tendo como exemplo de análise a obra de Alzira Vargas. Nesse sentido, na primeira seção, realizaremos uma breve contextualização teórica sobre o uso e a produção de biografias e autobiografias, mesmo que o trabalho do historiador como biógrafo não seja nosso foco de análise. Na segunda seção, nos dedicaremos à análise do conteúdo presente nos escritos de Alzira Vargas para, por fim, pensar possibilidades de pesquisa dos escritos que até então não haviam sido divulgados.

## **BIOGRAFIAS E AUTOBIOGRAFIAS: QUESTÕES PARA SE PENSAR**

A discussão entre a agência e a estrutura foi muito intensa – e ainda é no século XXI – durante o século XX. No âmbito dos historiadores, antropólogos e cientistas sociais que defendiam as análises econômicas e sociológicas, “parecia ‘arbitrário’, e mesmo ‘perigoso’, selecionar um indivíduo dentro da massa de homens que fizeram e fazem a história”; assim como era, para eles, impossível compreender o todo social a partir de apenas um indivíduo (Motta, 2000, p. 102). De acordo com Marly da Silva Motta (2000), as análises centradas em um único indivíduo eram consideradas imprecisas e sujeitas a uma subjetividade exagerada, o que comprometia a compreensão do objeto. No âmbito historiográfico, esse descrédito ao sujeito e, conseqüentemente, à biografia, pode estar associado às críticas ao modelo de história feita no século XIX, ou seja, “claro está que a biografia, por seu caráter único, individual e particular, estaria vinculada a esta ‘incompreensível história positivista’ e, portanto, fadada a desaparecer do arsenal metodológico da ‘nova história’” (Motta, 2000, p. 103). Esta perspectiva reforça a emergência de novos paradigmas historiográficos que valorizam a complexidade das experiências humanas em sua multiplicidade. Falar de um descrédito ao modelo “positivista” é necessariamente falar de um descrédito da história política tradicional.

O historiador francês René Rémond (2003) escreveu na década de 1980 um dos principais livros que tratavam sobre a renovação da história política. Nessa obra, Rémond (2003, p. 18) explica que com a tendência iniciada pela Escola dos Annales a partir de 1929, a história política passou para um tempo de exclusão na historiografia, pois era considerada factual, subjetivista, psicologizante, idealista e assim reunia “todos os defeitos do gênero da história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência”. De fato, a história política por muito tempo havia sido majoritária, sobretudo na França, e funcionava como um brilho de emanção do Estado. As revoluções que haviam derrubado a monarquia francesa não conseguiram derrubar a história política, mas apenas teriam substituído seus objetos centrais (Rémond, 2003). Somado às influências freudianas e marxistas, o movimento iniciado pelos Annales criou a concepção de que “a história política tradicional, isolando arbitrariamente os protagonistas da multidão, travestia a realidade e enganava o leitor” (Rémond, 2003, p. 19-20). Este enfoque analítico possibilitou um novo entendimento sobre eventos e figuras históricas, deslocando o foco das ações individuais para as estruturas e processos sociais mais amplos. Abriu-se o contexto para um interesse contínuo, principalmente a partir da segunda geração dos Annales, pela pluralidade dos tempos, onde a Longa Duração – a estrutura – era privilegiada e

embora Febvre e Braudel tivessem tornado figuras históricas como marcos referenciais de suas obras, o fizeram no sentido de situar tais vidas no correr da longa duração: Rabelais, Lutero e Filipe II estariam, assim, inelutavelmente submetidos ‘a forças profundas’ da história (Motta, 2000, p. 105).

O historiador italiano Giovanni Levi no ano de 1989, quase 60 anos depois da formação dos Annales, publicou na mesma revista um artigo intitulado *Les Usages de la Biographie*, onde situa os trabalhos biográficos daquele período da seguinte maneira:

Vivemos hoje uma fase intermediária: mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente suas ambiguidades. Em certos casos, recorre-se a ela para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida; já em outros, ela é vista como o terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e das regras gerais (Levi, 2006, p. 167).

Por sua vez, Levillain (2003) cita Jacques Le Goff e sua biografia sobre Saint Louis publicada em 1981 e que esse historiador francês defendia que Braudel, a sua maneira, realizou uma biografia de Filipe II. O retorno à biografia na França é objeto de estudo de Levillain (2003) em um dos seus textos também publicado em *Por uma História Política* de René Remond (2003), onde ele mostra que foi “no início dos anos 80 que vimos os ensaios sobre o gênero biográfico na história florescerem, os dicionários consagram-lhe um verbete, e organizaram-se seminários sobre o tema” (Levillain, 2003, p. 162). Esse ressurgimento da biografia refletia um renovado interesse pelas narrativas de vida como meio de entender as complexas interações entre indivíduos e estruturas históricas.

A década de 1980 apareceu então como um momento privilegiado de retorno da biografia. Benito Schmidt (1996) diz que nesse momento estava ocorrendo um processo duplo: de um lado, a procura da identidade individual em face da massificação da sociedade. De outro, a sociedade, vítima do individualismo, buscando saber sobre a vida privada de pessoas públicas. Assim sendo, “obviamente que este movimento também repercute na produção dos historiadores” (Schmidt, 1996, p. 25). No entanto, esse processo de retorno do gênero biográfico também está ligado a uma crise do paradigma estruturalista, que a partir dos anos 60 havia virado tendência majoritária entre os historiadores. Nesse sentido,

a recuperação dos sujeitos individuais pode ser vista como uma reação aos enfoques excessivamente macroestruturais, descarnados de humanidade, que haviam caracterizado boa parte da modernidade historiográfica [...] esta mudança implica no recuo da história quantitativa e serial e no avanço dos estudos de caso e micro-história (Schmidt, 1996, p. 26).

Necessário citar também os historiadores ligados ao *Quaderni Storici*.<sup>7</sup> Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e outros, que inauguraram o método conhecido como micro-história italiana. Esse método consiste em uma redução da escala de observação, onde o historiador se apega ao “singular, ao peculiar, ao fora de série, ao anômalo e dedicam-se a uma análise detalhada de fenômenos muito circunscritos, tais como comunidades alemãs, grupos de famílias ou uma única pessoa, evento ou objeto” (Tomich, 2011, p. 48-49).

No entanto, toda essa virada do modo de pensar da população em relação ao indivíduo e consequentemente o interesse dos historiadores por uma escala mais reduzida, contribuiu para a produção de biografias e trajetórias, mas não necessariamente para a utilização desse gênero como fonte de pesquisa histórica. Vale lembrar que o gênero da biografia histórica renovada é diferente do modo de análise do indivíduo feita no século XIX. Devemos ter em mente a contribuição, mesmo que publicada originalmente somente em 1986, das reflexões *bourdianas* (2006) sobre o perigo da ilusão biográfica. Citado em todos os textos sobre biografia, Bourdieu escreve o seguinte sobre a ideia de vida e história linear de acontecimentos:

falar da história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história [...] uma vida, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história [Isso] É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples que descreve a vida como um caminho, uma carreira, com suas encruzilhadas [...] Isto é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos, Geschichte, que está implícita numa filosofia da história no sentido do relato histórico, Historie, em suma numa teoria do relato, relato de historiador ou

<sup>7</sup> Revista de renome internacional que contou com a contribuição de autores como Alberto Caracciolo, Maurice Aymard, Carlo Ginzburg, Peter Burke, Carlo Poni, Pasquale Villani, Christiane Klapish e Gianna Pomata.

“Nenhum ato ou fato foi escrito que não pudesse ser comprovado”: reflexões acerca das biografias e autobiografias como fonte a partir dos escritos de Alzira Vargas

romancista, indiscerníveis sob esse aspecto, notavelmente biografia ou autobiografia (Bourdieu, 2006, p. 183-184).

Portanto, concordando com Schmidt, o biógrafo não tem mais o objetivo de retratar toda a vida de um indivíduo, mas sim de utilizar a sua atuação em um determinado período de tempo para responder questões relacionadas ao período e ao espaço<sup>8</sup> em que o mesmo atuava. Nesse sentido, a vida do indivíduo não é um fim em si mesmo nessas biografias, isto é, estão a serviço de questões mais gerais.

Falamos isso para introduzir a questão da utilização das fontes históricas de caráter biográfico. Certamente elas foram mais utilizadas no método prosopográfico. Segundo Stone (2011), esse método pode ser chamado de uma “biografia coletiva”. Consiste na “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, 2011, p. 115). No entanto, Levi (2006, p. 174) defende que “não se trata de biografias verídicas, porém precisamente de uma utilização de dados biográficos para fins prosopográficos”. Na definição de um grupo estabelecido por critérios determinados pelo historiador, o método prosopográfico pode dar luz a características necessárias de entrada ao grupo, por exemplo.<sup>9</sup>

Com o surgimento de outro método, a história oral, as biografias não necessariamente eram frutos do biógrafo preocupado com alguma pessoa pública, tampouco do historiador que publica um trabalho, mas apareciam a partir da conversa do entrevistador-entrevistado como “uma importante via de acesso aos ‘despossuídos’, abrindo a perspectiva de dar voz aos figurantes mudos da história, de torna ‘eu’ quem era ninguém” (Motta, 2000, p. 111). Como complemento, as escritas autorreferenciais, isto é, as escritas de si – em nosso caso selecionado o diário ou a autobiografia – começaram a ser vistas como fonte e também como objeto de pesquisa histórica (Gomes, 2004). Para Gomes (2004, p. 13) “as práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão”. Porém, há o perigo de considerar esse tipo de fonte mais “fiel” que outras, o que de fato não ocorre, haja vista que todos os tipos de documentos devem ser criticados, situados em suas condições de produção, avaliadas suas intenções, etc.

A escolha dos textos de Alzira Vargas do Amaral Peixoto para essa análise se deu a partir da concepção que seus escritos podem ser definidos como autobiografia ao mesmo tempo que biografia. Em seu livro, nascido a partir de uma necessidade pessoal de manter a memória de Getúlio Vargas viva desde seu suicídio em 1954, Alzira nos dá informações sobre os principais momentos da vida pública brasileira, mas também sobre os bastidores que as fontes estatais ou jornalísticas não apresentam. Nas próximas seções, iremos comentar como seus escritos, mesmo que com o objetivo de relatar sobre Getúlio Vargas, trazem informações sobre a própria Alzira Vargas e seu papel político autônomo ou ao lado do marido e do pai.

Um exemplo semelhante ao de *Getúlio Vargas, meu pai* é a autobiografia de Pierre Deffontaines. Geógrafo francês nascido em Limoges em 21 de fevereiro de 1894, Deffontaines dedicou toda a sua vida para o conhecimento da geografia e teve uma atuação significativa no Brasil, fundando cadeiras da disciplina em universidades brasileiras. Marieta de Moraes Ferreira, no artigo *Diário Pessoal, Autobiografia e Fontes Orais* (1998), faz uma análise acerca desse personagem e das fontes produzidas por ele. No caso, uma autobiografia oferecendo insights de sua vida, carreira e pensamentos, um diário escrito por sua esposa, além de diversas entrevistas orais com familiares. Esta abordagem multidimensional permite uma compreensão mais rica e diversificada da vida e obra de Deffontaines, demonstrando como diferentes formatos de narrativa pessoal podem ser utilizados para enriquecer a história da geografia e da educação no Brasil. Um ponto alto do artigo de Moraes é considerar que a biografia e a autobiografia podem ser uma

<sup>8</sup> Essa afirmação foi dada por Benito Schmidt em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (2014). Em outro momento, porém, em entrevista a Manuela Areias Costa (2011), Schmidt declara que considera importante a pesquisa sobre um único indivíduo, mesmo que isso não responda aspectos gerais da sociedade.

<sup>9</sup> Para discussões e exemplos sobre prosopografias, ver Charle (2006).

ferramenta para acessar o cotidiano e as leituras em comum na realidade íntima da família do geógrafo. Esses momentos envolvem leituras compartilhadas, reuniões, pequenos passeios e deslocamentos entre as residências da família, refletindo também interesses intelectuais comuns.

Outro artigo, da área da Ciência da Informação, intitulado *Biografias e autobiografias como fonte de informação e memória* (Gonçalves, 2021) nos ajuda em nossa pesquisa. O texto faz referência ao historiador François Dosse ao destacar a relevância de considerar como lugar específico a escrita do eu, pois por muito tempo se considerou que a mesma tinha semelhanças com a escrita do outro. Dessa forma, os autores do texto citam que na escrita autobiográfica ocorre um movimento triplo, isto é, uma rede de relações entre o autor, o narrador e o personagem biográfico, convertendo vidas privadas em narrativas literárias. As biografias e as autobiografias se tornam objeto de estudo e fontes documentais em diversas áreas do conhecimento – não só na história, isto porque são locais privilegiados de construção da memória pessoal, local e nacional.

Sobre essa relação em movimento triplo, autor, narrador e personagem biográfico, Verena Alberti (1991) questiona-se sobre o papel do sujeito na narrativa autobiográfica. Na escrita autobiográfica, há uma mistura do que a pessoa viveu, como lembra do que aconteceu e como representa isso em palavras. Há uma necessidade de equilíbrio da realidade que aconteceu e com a possibilidade do que poderia ter sido, demonstrando o que a pessoa sentiu, sonhou, pensou e entendeu sua própria história. A escrita autobiográfica não é simplesmente uma tentativa de escrever fatos aleatórios, na medida que são lembrados. Quem escreve a autobiografia pensa na sequência dos fatos, o que será pensado pelos leitores e, também, o que ele irá expor de si mesmo e de seus sentimentos. Verena ainda deixa a entender que há um processo ficcional na autobiografia:

a identidade entre autor, narrador e personagem é condição *sine qua non* de uma autobiografia, consubstanciada no pacto autobiográfico: a identidade entre o nome exposto na capa e na folha de rosto (um nome que equivale a uma assinatura) e o nome que o narrador se dá como personagem principal, acrescida na maioria das vezes da indicação, na capa, na folha de rosto, nas orelhas e na contracapa, de que se trata de uma autobiografia. O pacto autobiográfico se dá, então, quando a identidade do autor, narrador e personagem é assumida e tornada explícita pelo autor... (Verena, 1991, p. 76).

Segundo Alberti (1991), mesmo quando o autor tenta criar uma ideia idealizada de si mesmo, essa construção de identidade é cheia de ambiguidades. Quando o autobiografado escreve na terceira pessoa, o autor não está adotando uma forma indireta de falar sobre si mesmo, mas sim realizando uma espécie de cisão que reflete a dualidade inerente à condição humana: ser ao mesmo tempo o narrador e o personagem da própria história. O sujeito que narra, o autor no presente, e o sujeito narrado, o autor no passado, mostra a complexidade e as múltiplas camadas da identidade pessoal.

## OS ESCRITOS DE ALZIRA VARGAS

Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Dornelles Vargas e Darcy Sarmanho Vargas, nasceu em 22 de novembro de 1914 no município de São Borja. Seu nome de solteira era Alzira Sarmanho Vargas, a qual seria acrescentado o Amaral Peixoto somente em 1939, quando se casou com o oficial da marinha e naquele momento interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernâni do Amaral Peixoto. Quando nasceu, seu pai já era advogado formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e ex-deputado estadual pelo mesmo partido (CPDOC, 2011). Nesse sentido, Alzira nasceu “em uma casa onde já se fazia política” (Gomes, 1996).

Nesse caso, nascer em uma casa onde já se fazia política não se refere apenas à atuação de seu pai como deputado e membro do PRR, mas também de gerações anteriores da família Vargas e Dornelles. Evaristo José Vargas, bisavô por parte de pai, havia sido soldado voluntário na Guerra

do Paraguai (1864-1870). Serafim Dornelles, também bisavô, era major de milícias, comerciante e um grande estancieiro em São Borja. Seu vô, Manuel do Nascimento Vargas, havia participado da Guerra do Paraguai como cabo e ao final ascendido ao posto de tenente-coronel. Em 1907, Manuel Vargas já era coronel e general-de-brigada e se tornava intendente de São Borja (Amaral, 2005). Se avançarmos no tempo, o que não será o caso, confirmaremos que essa família se manteve em cargos proeminentes da vida pública brasileira e “isto foi resultado de uma herança no processo de ocupação das terras no Rio Grande do Sul, no qual o tripé militar/estancieiro/político era um modelo para constituírem-se figuras proeminentes” (Amaral, 2005, p. 41).<sup>10</sup> O trabalho prosopográfico realizado por Sandra Maria do Amaral (2005), comprova de forma qualitativa e quantitativa que a elite política brasileira das quatro primeiras décadas do século XX, tinham como um importante critério de formação a continuidade familiar baseada no tripé citado anteriormente.

A partir de 1930, quando Getúlio Vargas sobe à presidência da República através de um golpe de estado, Alzira Vargas tem sua vida política iniciada, pois se torna uma das auxiliares do gabinete de seu pai. Em janeiro de 1937, Alzira foi nomeada auxiliar de gabinete, integrando o Gabinete Civil da Presidência aos 23 anos, enquanto ainda cursava Direito. Com os canais institucionais interrompidos, Alzira assumiu informalmente a função de interlocutora entre o povo e o governo. Em 11 de maio de 1938, participou ativamente da resistência ao ataque ao Palácio Guanabara, coordenando comunicações com os chefes dos órgãos de segurança. Atuou como interlocutora entre o presidente do Brasil e o presidente dos EUA, Franklin Roosevelt. Alzira foi responsável pela criação de importantes instituições educacionais, como a Fundação Anchieta. Atendendo a um pedido do pai, Alzira atuou na articulação para a formação do Partido Trabalhista Brasileiro em 1945. Após a queda de Vargas em 1945, Alzira manteve intensa correspondência com ele, mantendo-o informado sobre os acontecimentos políticos. Com o retorno de Vargas ao poder e seu marido ao governo do Rio de Janeiro, Alzira retomou funções oficiais e integrou delegações brasileiras em conferências internacionais do trabalho. Entre 1955 e 1959, Alzira atuou como embaixatriz do Brasil nos Estados Unidos, mantendo correspondência com autoridades e figuras influentes (Nunes et al., 2018).

De 1930 a 1954, Alzira esteve presente nas reuniões de ministério e conhecia os bastidores da política, tanto no momento em que vivia quanto do passado de seu pai, haja vista que cuidava de sua documentação pessoal (Gomes, 1996). Por esse trabalho, em artigo escrito por Gomes (1996) a partir de uma entrevista com Alzira Vargas, vemos que ela se colocava exatamente como Guardiã da Memória da família Vargas. Falar em guardiã da memória em vez de uma memória é essencial para se compreender o pensamento de Alzira Vargas. O título desse artigo resume bem esse pensamento: “nenhum ato ou fato foi escrito que não pudesse ser comprovado” (Peixoto, 2017). A frase foi escrita no contexto de justificação da escrita do livro produzido entre 1970 e 1980, onde Alzira diz que considera o primeiro livro inocente, porém não mentiroso. Escreve essa segunda parte, porém, para avançar onde havia parado, isto é, o início do Estado Novo.

Afinal, o que trata o livro *Getúlio Vargas, meu pai* de 1960 e o que essa mistura de biografia com autobiografia pode trazer aos estudos sobre a política brasileira do século XX? Trata-se da relação que uma filha tem com o seu pai que vai do seu nascimento até o Estado Novo. No entanto, Alzira (2017, p. 25) declara o seguinte: “só havia tomado conhecimento da existência do meu pai em 1923”, definindo qual foi o momento simbólico dessa relação mais próxima com Vargas. Tratava-se da saída de Getúlio Vargas para lutar na Guerra Civil de 1923, entre federalistas e

<sup>10</sup> Com o devido cuidado de não realizar erroneamente uma “salada de frutas” de pressupostos teóricos, citamos o conceito de *habitus* utilizado por Pierre Bourdieu em sua teoria do campo político. As primeiras noções do *habitus* surgem a partir do conceito aristotélico de mímica/*mimesis*. Foi traduzido pelos cientistas sociais como “socialização” (Silva, 2014). Para Bourdieu (1990), a primeira característica do *habitus* é a aprendizagem necessária de determinados saberes, de teorias às tradições históricas, que foram produzidos pelos profissionais da política em tempos anteriores. Em outro momento, Bourdieu (2012) compara o conceito com um princípio que gera comportamentos sistemáticos. No caso da família Vargas, poderíamos ir mais além citando Cãnedo (2002) quando disserta acerca da hereditariedade política.

republicanos. Obviamente, são relatos que aparecem a partir do que Alzira se lembra em 1960, mas também do que ela quer que o público saiba sobre a vida de sua família.

No entanto, a narrativa não está isenta de situações pessoais que poderiam “manchar” politicamente a história de Vargas. É saber comum que a Primeira República foi marcada por fraudes eleitorais, uso de força e violência física (Lapuente, 2016). Na ocasião da disputa entre Carlos Barbosa Gonçalves e Fernando Abbot para o governo do estado em 1907, um comício organizado em Porto Alegre para garantir a candidatura de Abbot foi dissolvido com um barulho de um tiro. Segundo Alzira (2017, p. 31) o tiro fora dado “de maneira a não fazer vítimas, mas o pânico se estabeleceu e o famoso orador ficou sem auditório em poucos minutos”. Anos depois, questionando Getúlio sobre o fato, obteve uma resposta que Alzira traduz da seguinte maneira:

Olhou-me feio, por cima dos óculos, enquanto assinava um decreto, e falou: ‘era o único meio de dissolver o comício’. Não consegui lhe arrancar mais nada nesse dia, nem depois. [...] não se acusou, mas não acusou ninguém [...] Por isso não insisti mais. *In dubio, pro reo*.<sup>11</sup> É possível que tenha sido ele e é possível que tenha sido apenas discreto. O que tinha de ser feito fora feito (Alzira, 2017, p. 31).

A narrativa é composta por vários relatos de contextos considerados essenciais na história política brasileira como a ascensão de Vargas a presidência da República em 1930. Segundo Lapuente (2016, p. 35), em 3 de outubro de 1930, a partir da iniciativa de Goés Monteiro, estourou o movimento para a ascensão de Getúlio que “com sua ascensão ao poder em novembro, iniciava a Era Vargas, inserindo o Brasil em um contexto de derrubadas de Regimes na América Latina”. Diferente do que se pensa, isto é, um Vargas militar indo “salvar a República” do coronelismo paulista da “República Velha”, Alzira (2017) traz uma imagem muito diferente, onde seu pai parte de trem com uma roupa civil, com o olhar brando e sem armas. Não é possível, e acreditamos que esse não seja o papel do historiador, avaliar a sinceridade das palavras de Alzira, mas podemos supor uma possível tentativa de retratação de uma imagem negativa construída durante o período em que Vargas havia sido ditador (1937-1945). De qualquer maneira, nesse tipo de escrita “a verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos” (Gomes, 2004, p. 14).

Os relatos mostram também dúvidas de Alzira em relação aos motivos da “Revolução Constitucionalista” de 1932. A Frente Única Gaúcha (FUG), agremiação política que reunia políticos do Partido Libertador (PL) e do PRR, juntamente com São Paulo, dentre outras coisas, ficaram revoltados com o governo provisório comandado a nível nacional por Getúlio Vargas e no Rio Grande do Sul por Flores da Cunha, pois eram contra a militarização do governo – pelos tenentes – e favoráveis a uma rápida constitucionalização (Lapuente, 2016). Sobre isso, Alzira dedica algumas páginas para responder sua própria pergunta: “seria papai um ditador ambicioso e nada mais?” (2017, p. 79).

Outros momentos relacionados como a vida pública como a reflexão que faz em relação à produção do documento falso intitulado de Plano Cohen, sobre os problemas existentes no Estado Novo, ou mais privados como a relação com Darci Vargas, Ernâni do Amaral Peixoto e seus familiares em geral, completam *Getúlio Vargas, meu pai* de 1960. No entanto, como toda fonte, é necessário que sejam cruzadas com outras referências e que dela se faça uma pergunta. O Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aparece então como um acervo possível para esse tipo de pesquisa. Para citar apenas alguns, o arquivo possui documentações particulares de Getúlio Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto – onde os originais de *Getúlio Vargas, meu pai* estão disponíveis online (PEIXOTO, [entre 1956 e 1960]) –, Ernâni do Amaral Peixoto, entre outras lideranças políticas.

Os documentos vão desde cartas, sendo elas públicas ou privadas, fotos, pronunciamentos etc. Nesse sentido, destacamos dois grupos de documentos: o primeiro trata do lançamento do

<sup>11</sup> Expressão jurídica em latim que significa: “em dúvida, a favor do réu”.

livro e a repercussão que ele teve, assim como anexos de felicitações, críticas e pedidos de correções em relação ao trato que havia sido dado a personagens e fatos. Esse primeiro grupo de documentos, explicita relações imediatas à publicação do livro, o que demonstra o quanto a memória e a cultura política do getulismo ainda estavam vivas naquele momento, assim como dá a noção de como o passado possui diferentes versões de acordo com a posição que o interlocutor ocupa. Exemplo disso é a carta escrita pelo ex-presidente da República, o pessedista e militar Eurico Gaspar Dutra, explicitando suas versões sobre a tentativa do levante integralista em 1938 (Documentos, s.d.).

Já o segundo grupo, trata-se de documentos que foram produzidos durante o período narrado por Alzira em *Getúlio Vargas, meu pai*. Ter acesso a esse tipo de documentação em uma pesquisa que se propõe a pensar questões relacionadas com um livro biográfico ou autobiográfico pode gerar um problema de ordem metodológica que de certa maneira é alertado por Rosenthal (2006, p. 193) quando se refere à utilização de autobiografias como fonte: a “consequência metodológica dessa atitude é comprovar a credibilidade e exatidão de textos autobiográficos seguindo critérios externos ao texto, por exemplo, comparando-o com fontes históricas ou usando informações obtidas a partir de outras entrevistas, etc.”. Diferentemente do citado pela autora, a utilização desse arquivo, juntamente com o texto escrito por Alzira, não se daria com o objetivo de confirmar ou desmentir as afirmações da filha de Vargas. Pelo contrário, o objetivo seria o diálogo para melhor compreender os processos que fizeram a personagem Alzira no exercício de suas atividades como filha e esposa de políticos, mas também como uma agente política ativa.

De acordo com Raquel Abreu-Aoki (2013), o ethos de predestinação é um dos pilares centrais na biografia “Getúlio Vargas, meu Pai” escrita por Alzira Vargas. Esse ethos sugere que Getúlio Vargas estava destinado desde a infância a desempenhar um papel notável na história do Brasil. Alzira atribui ao seu pai características de excepcionalidade, criando no leitor a impressão de que Getúlio sempre foi a escolha certa para liderar o país. Esse ethos é frequentemente ilustrado com histórias que mostram um Getúlio consciente de seu destino grandioso. Alzira também constrói o ethos de competência para Getúlio Vargas, destacando sua habilidade e conhecimento em diversas áreas. Ela narra episódios de sua vida onde Getúlio demonstra diligência e dedicação ao trabalho e aos estudos, apresentando-o como alguém sempre ocupado com atividades que beneficiam o país. Raquel Abreu-Aoki (2013) observa que essa imagem de competência é reforçada pela longa lista de cargos e funções que Getúlio ocupou ao longo de sua carreira, desde soldado até presidente da República. O ethos de liderança é outro aspecto importante na construção da imagem de Getúlio Vargas. Alzira descreve seu pai como uma figura central e decisiva, cujas orientações e decisões eram fundamentais para o sucesso de sua equipe e para a estabilidade do país.

Para Alzira, a capacidade de autodomínio de Getúlio é uma qualidade essencial de sua liderança. Abreu-Aoki (2013) aponta que Alzira retrata seu pai como alguém que, apesar de seu temperamento forte, conseguiu dominar suas emoções e agir com calma e racionalidade em momentos de crise. Por fim, Alzira constrói o ethos de abnegação e devoção de Getúlio Vargas, destacando seu sacrifício pessoal pelo bem do país. Ela narra episódios em que Getúlio coloca os interesses nacionais acima de seus próprios, muitas vezes em detrimento de sua vida pessoal e familiar. Ela narra episódios que mostram a bondade e o carinho de Getúlio, tanto em sua vida pessoal quanto pública, criando uma imagem de um líder que se importava genuinamente com as pessoas. Alzira apresenta Getúlio como um líder carismático, capaz de atrair e inspirar multidões. A biógrafa relata eventos em que Getúlio foi recebido com entusiasmo e admiração, tanto no Brasil quanto no exterior, reforçando sua imagem de líder popular e amado. Outro Ethos é o de simplicidade, onde Alzira narra episódios em que Getúlio escolhe viver de forma simples, mesmo quando poderia desfrutar de luxos proporcionados por sua posição. O ethos de redentor é fortemente presente na biografia escrita por Alzira. Getúlio é apresentado como um mártir que sacrificou sua vida pelo bem do Brasil. Raquel Abreu-Aoki (2013) aponta que Alzira utiliza uma

linguagem quase religiosa para descrever o sacrifício de Getúlio, comparando-o a um messias que deu sua vida para salvar seu povo.

## NOVAS POSSIBILIDADES A PARTIR DOS ESCRITOS DA DÉCADA DE 1970 E 1980

Nessa seção, abordaremos os textos publicados em 2017 e escritos durante as décadas de 1970 e 1980. Antes, porém, fazem-se necessárias algumas breves considerações de ordem historiográfica para que o leitor esteja situado do debate em relação ao fim do Estado Novo até o suicídio de Vargas e entenda o porquê os escritos de Alzira como fontes para esse período são importantes. É fundamental destacar a transformação do cenário político brasileiro neste intervalo, marcado por intensas disputas ideológicas e sociais, que contextualizam a necessidade de revisitar as fontes históricas com um olhar crítico e renovado. Assim sendo, nesse debate seria um erro não incluir a reflexão em torno do conceito de populismo.<sup>12</sup> A concepção clássica, onde o trabalhador aparece como personagem central em uma espécie de “demonização” da política, pode ser sintetizada – haja vista a variedade de escolas, na seguinte citação:

Herdeiro do ‘clientelismo’ da Primeira República, o ‘populismo’ após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora. Sobretudo com a ditadura de Getúlio Vargas, os trabalhadores, com a violência policial, teriam perdido suas lideranças mais combativas e, com a eficácia da máquina do DIP, sido iludidos pela propaganda política estatal [...] Cooptados, manipulados, iludidos e amedrontados com as perseguições da Polícia Especial, os assalariados, após 1945, não teriam conseguido se livrar das amarras ideológicas tecidas na época anterior (Ferreira, 2010, p.61-62).

Diferentemente de sua síntese, os historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, iniciaram um novo momento de análise do período compreendido entre 1945 e 1964. A proposta desses era a troca do termo “populismo” para caracterizar o período, pelo conceito de “ideologia trabalhista” a partir de obras centrais escritas entre a década de 80 e 90 e publicadas no momento ou posteriormente. Ao período, sobretudo após a Constituição de 1946, conceituariam como República Democrática ou ainda como Terceira República. Citamos duas pesquisas desses autores que consideramos essenciais: *A Invenção do Trabalhismo* (Gomes, 1989) e *Imaginário Trabalhista* (Ferreira, 2005). Os dois pesquisadores não excluem o fato de existir uma relação entre opressores e oprimidos na política daquele período, mas diferentemente da concepção clássica,<sup>13</sup> dessa vez os oprimidos eram agentes do processo e não simples reprodutores.

Nesse sentido, considerando que a historiografia atual está tratando aquele período como democrático, seu início deu-se no ano de 1945 com a assinatura do Ato-Institucional nº 9 que previa, dentre outras coisas, a convocação de eleições no prazo máximo de 90 dias. Essa abertura democrática já era presságio desde o ano de 1944. A dinâmica política e social desse período demonstra a complexidade da transição para a democracia no Brasil, marcada por tensões internas e influências externas. A intensa mobilização de setores diversos da sociedade – de liberais a comunistas – e a evidente contradição de apoio aos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Guerra Mundial fora da fronteira, ao mesmo tempo que mantinha uma ditadura dentro dela, fizeram com que Vargas compreendesse que a convocação de eleições era apenas questão de

<sup>12</sup> A trajetória do populismo no Brasil começa nos anos 1950, com o Grupo de Itatiaia, que reuniu intelectuais para discutir problemas políticos e sociais do país. Nessa época, o populismo foi identificado como uma política de massas, relacionada à proletarianização dos trabalhadores e à perda de hegemonia da classe dirigente. Nos anos 1970 e 1980, o debate sobre o populismo se intensificou, com novas interpretações surgindo em resposta às mudanças sociais e políticas. Autores como Regis de Castro Andrade questionaram a visão tradicional de manipulação, sugerindo que o populismo também inclui espaço para a expressão das massas. Na década de 1990, Gomes observa uma reemergência do populismo, agora chamado de “populismo neoliberal”. Nesse novo contexto, líderes carismáticos usam uma retórica antiestatizante, diferente do populismo clássico que promovia o estatismo. Essa nova forma de populismo reflete mudanças profundas na sociedade brasileira e no contexto global, mas mantém um núcleo autoritário persistente na política nacional (Gomes, 1996).

<sup>13</sup> A concepção clássica de populismo a qual nos referimos foi fruto de diversas escolas, mas talvez tenha sido melhor refinada pelo cientista político Francisco Weffort na década de 1960 (Ferreira, 2010).

tempo. Em 28 de maio de 1945, foi assinado o Decreto-Lei 7.586, a chamada Lei Agamenon, convocando eleições diretas para dezembro daquele ano, o alistamento eleitoral obrigatório e a necessidade de formação de partidos nacionais. Surge nesse cenário o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre outros partidos de porte menor, que apesar de serem nacionais, atuavam com maior sucesso em regiões específicas (Angeli, 2015).

Em relação à formação dos partidos e à democratização, os escritos de Alzira Vargas oferecem perspectivas fascinantes. O Manifesto dos Mineiros de 1943, documento articulado por membros da elite liberal mineira e lançado em 1943, defendia o término da ditadura e a transição para um regime democrático. Alzira Vargas observa que o manifesto “era fraco, meio água com açúcar, um misto de idealismo com pragmatismo econômico” (2017, p. 386), revelando uma visão crítica sobre a eficácia e o impacto deste documento no contexto político da época. Esta avaliação sublinha as dinâmicas complexas e as divergências dentro da oposição ao Estado Novo, indicando a dificuldade de forjar uma frente unificada contra a ditadura. Seus relatos abarcam desde as primeiras resistências ao Estado Novo até seu ponto culminante, que foi a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945. Com a queda do regime por meio de um golpe de estado, Alzira Vargas, juntamente com seu esposo, viu-se forçada a se afastar temporariamente das atividades políticas. Alzira descreve Darcy Vargas lutando pela manutenção do cargo de Getúlio; um Vargas sereno, apesar das adversidades, e a própria Alzira, retratada como uma filha preocupada com o futuro do país e do legado de seu pai. Adicionalmente, a oposição ao golpe e aos possíveis vencedores das eleições de 2 de dezembro, especificamente Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra, é detalhada no capítulo em que Alzira aborda a criação do PTB e o movimento queremista.

Constatamos que o ápice dessa segunda narrativa são as tragédias da vida política de Getúlio Vargas, haja vista que o pós-45, com exceção do sucesso eleitoral do PTB e consequentemente da vitória presidencial em 1950, foi marcado por insucessos políticos para a família Vargas: o fim do Estado Novo, um golpe militar e o suicídio de um presidente em pleno exercício presidencial. Sobre isso, Alzira (2017, p. 414) de forma bastante contrita e nostálgica declara o seguinte:

Não posso, porém, continuar a ler, a ouvir e a sentir, que meu pai partiu por causa de um “mar de lama” que seus amigos criaram. Seus amigos reais, verdadeiros, inabaláveis, éramos e somos apenas nós, seus filhos, sua esposa, alguns dos seus irmãos e o povo, este povo brasileiro que era ainda mais seu filho do que nós. Os outros, os chamados amigos eu os vi, ouvi e senti variar tanto, mudar tanto que não posso chamá-los de amigos. O labéu pesa sobre nós, apenas (Alzira, 2017, p. 414).

Sem a pretensão de fazer uma resenha dos textos publicados em 2017, a citação desses trechos foi para explicitar algumas possibilidades de utilização para a pesquisa histórica sobre o período da Terceira República. Para o pesquisador que poderá utilizar essas fontes, necessário será ter em mente o período de produção dos relatos e quais as intenções de quem os escreveu. A reflexão sobre os textos de Alzira Vargas, especialmente aqueles escritos nas décadas de 1970 e 1980 e publicados postumamente em 2017, exige dos historiadores e pesquisadores uma abordagem que valorize tanto a singularidade do testemunho pessoal quanto sua capacidade de iluminar facetas menos conhecidas ou interpretadas da história brasileira. Ao considerarmos essas narrativas, não apenas como documentos históricos, mas também como expressões de memória e identidade, abrimos novas perspectivas para entender as complexidades das dinâmicas políticas, sociais e culturais do Brasil. Essa abordagem enfatiza a importância de uma leitura crítica e contextualizada das fontes, permitindo que o legado de Alzira Vargas inspire não apenas uma reavaliação da história do século XX, mas também uma reflexão mais ampla sobre o papel das narrativas pessoais na construção da historiografia brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da historiografia brasileira, a obra de Alzira Vargas ocupa uma posição singular, que desafia categorizações simplistas entre o público e o privado, a memória pessoal e a história oficial. Ao narrar a vida de seu pai, Getúlio Vargas, e, por extensão, a sua própria, Alzira proporciona uma perspectiva íntima sobre os bastidores da política brasileira, ao mesmo tempo que inscreve essas vivências no tecido mais amplo da história nacional. Essa dualidade reforça a importância de abordagens que considerem tanto as estruturas macro-históricas quanto as experiências individuais, oferecendo uma visão mais complexa e matizada dos processos históricos.

A menção por Celi Pinto da trajetória de mulheres deputadas na década de 1950 como um desafio às normas de exclusão naturalizadas na sociedade ressalta a relevância de investigar as margens e interstícios da história, onde figuras como Alzira Vargas emergem não apenas como objetos de estudo, mas como agentes de mudança. A abordagem de Pinto evidencia uma necessidade premente na pesquisa histórica: a de valorizar narrativas que revelam como indivíduos e grupos navegaram e transformaram as estruturas de poder e exclusão em suas respectivas épocas.

O caráter teleológico mencionado na conclusão, ou seja, a escrita de uma história com o conhecimento de seu desfecho, apresenta tanto desafios quanto oportunidades para o historiador. Por um lado, implica uma reflexão crítica sobre a objetividade e a imparcialidade da fonte; por outro, oferece um rico material para análise das formas como o passado é construído, reinterpretado e utilizado no presente. Isso destaca o papel da historiografia não apenas como um registro de fatos, mas como um campo de disputa e negociação de memórias e identidades.

Além disso, a obra de Alzira Vargas, ao transitar entre a biografia e a autobiografia, coloca em evidência as complexidades da escrita de si e da representação do outro. Esta transição revela as múltiplas camadas de significado envolvidas na narrativa histórica, onde o pessoal e o político, o íntimo e o público se entrelaçam de maneiras que desafiam interpretações simplistas. Através de seu olhar, somos convidados a reconhecer a densidade da experiência humana e sua capacidade de influenciar e ser influenciada pelos grandes eventos históricos.

Finalmente, a análise dos textos de Alzira Vargas abre novas avenidas de pesquisa que podem enriquecer significativamente nosso entendimento sobre a história do Brasil no século XX. Sua obra, assim como a de outras figuras que ocuparam posições únicas nas intersecções do pessoal e do político, oferece uma oportunidade valiosa para repensar os métodos e as fontes da pesquisa histórica. Ao fazê-lo, enfatiza a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e diversificada que reconheça a multiplicidade de vozes e perspectivas que compõem o mosaico da história brasileira.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Esboços e originais do livro *Getúlio Vargas, meu pai*. Centro de Pesquisa e Documentação; AVAP gv gvmp 1956.00.00 (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro). [entre 1956 e 1960].

DOCUMENTOS... Documentos sobre o lançamento do livro *Getúlio Vargas, meu pai* e sua repercussão. Centro de Pesquisa e Documentação; AVAP gv gvmp 1960.07.04 (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro). [s/d].

## BIBLIOGRAFIA

ABREU-AOKI, Raquel. *Getúlio Vargas encadernado: a construção narrativo-argumentativa da imagem do estadista em Getúlio Vargas, meu Pai*. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Ed.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 3 (39), p. 169-198, set./dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643945>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.

COSTA, Andriolli. O historiador e as distinções do relato biográfico. *Instituto Humanistas Unisinos Online*, 11 ago. 2014. Disponível em <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5620-benito-bisso-schmidt>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

COSTA, Manuela Areis. Entrevista com Benito Bisso Schmidt. *Revista Cantareira*, Niterói, n. 15, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27708>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e a sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 61-124.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: International Oral History Conference, 10., 1998, Rio de Janeiro. *Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, v. 1, 1998, p. 379-386. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/d0d2612f-f87b-4d60-abb1-967c2d3bc6a5>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GOMES, Angela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo*, v. 9, n. 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/397>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

GOMES, Angela de Castro. A título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.) *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 8-24.

GONÇALVES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biografiase autobiografias como fontes de informação e memória. *InCID*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 82-103, abr. 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/178542>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Pontífice Universidade Católica, 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

LEVILLAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184.

MOTTA, Marly Silva Da. O relato biográfico como fonte para a história. *Vidya*, Santa Maria, n. 34, p. 101-122, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/8002ca1e-9006-4da7-b203-b0b525fd65a2>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

NUNES, Lauren de Lacerda; SANTOS, Roselaine Guedes; ROSA, Gladis Kunz; ROQUE, Karen Laís. Alzira Vargas: A figura feminina e a articulação política nos governos de Getúlio Vargas. *RELACult*, v. 4, ed. especial, mai. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/837>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 459-490, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000200008>>. Acesso em 24 jun. 2025.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 193-200.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

SILVA, Danilo Manoel Farias Da. A construção da realidade na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 62-86, 2014. Disponível em:

“Nenhum ato ou fato foi escrito que não pudesse ser comprovado”: reflexões acerca das biografias e autobiografias como fonte a partir dos escritos de Alzira Vargas

<<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10972>>. Disponível em: 24 jun. 2025.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 24 jun. 2025.

TOMICH, Dale. A Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História. *Almanack*, Guarulhos, n. 2, p. 38-51, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alm/a/dF7D8LWPFhCjtjmx7NKbtQk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 jun. 2025.